



A arte de renascer

António Faria-Vaz*

Um horizonte, – a saudade
Do que não há de voltar;
Outro horizonte, – a esperança
Dos tempos que hão de chegar;
No presente, – sempre escuro, —
Vive a alma ambiciosa
Na ilusão voluptuosa
Do passado e do futuro.
...
Que buscas, homem? – Procuero,
Através da imensidade,
Ler a doce realidade
Das ilusões do futuro.

Dois horizontes fecham nossa vida.

Machado de Assis, in «Dois horizontes» - ¹

O presente número da revista aparece no exacto momento em que procuramos produzir futuro. Quando falamos em futuro estamos, certamente, a admitir que o que fazemos, enquanto editores da revista, é futuro, na medida em que procuramos divulgar e disseminar práticas, reflexões e evidência que permitam melhorar o nosso exercício profissional.

Este número da revista denota esse cuidados.

Esta reflexão, não incide apenas sobre o nosso contributo. Ela decorre de todo um conjunto de iniciativas que visam construir e modelar as estratégias e as acções que nos permitam aumentar a nossa auto-estima, enquanto médicos de família e acrescentar valor ao Serviço Nacional de Saúde. Falamos, como é óbvio, das iniciativas que decorrem sob a égide da APMCG, do Alto Comissariado para a Saúde e do grupo de coordenação estratégica da Reforma dos Cuidados de Saúde Primários, da Associação Nacional de Unidades de Saúde Familiar e dos Sindicatos Médicos.

Os médicos de família têm tido um envolvimento significativo na produção dos documentos referentes

a essas iniciativas. Estes contributos demonstram de uma forma inequívoca que acreditamos na possibilidade de fazer melhor e que temos *esperança nos tempos que hão-de chegar*. Mesmo em tempos de crise, os médicos de família e as suas organizações continuam a acreditar e a produzir futuro. Para o comprovar bastará olharmos para as prioridades definidas pelo grupo de coordenação (descentralização da gestão das ARS para os ACES; avaliação de desempenho dos dirigentes; sistema de informação; recrutamento e mobilidade dos profissionais; apoio e contratualização) e para a diversidade de documentos que estão em elaboração (30 áreas de trabalho, mais de 100 profissionais de saúde envolvidos).²

Neste número da revista, dois interessantes artigos abordam a problemática da reforma dos Cuidados Primários de Saúde e, mais uma vez, o futuro. Um deles é relativo às estratégias para a disseminação e implementação de boas práticas baseadas na evidência. O outro incide na estimativa do peso dos indicadores de desempenho contratualizados nas unidades de saúde familiar sobre a actividade assistencial. Na opinião, que José Nunes alicerça em evidência, podemos concluir que a implementação de novas práticas não reside exclusivamente na prestação de informação (ou na formação), antes exige a adopção de estratégias que visem a modificação dessas práticas, onde se inclui a prévia identificação das actividades que devem ser objecto de intervenção, dos profissionais a envolver e das barreiras à sua implementação.

Associada à estratégia de mudança de comportamentos, no contexto do desenvolvimento profissional contínuo, haverá ainda que considerar a melhor forma de monitorizar a mudança de modo a que seja possível, ao longo desse processo, adequar as estratégias aos objectivos da formação. Nestas circunstâncias, a formação médica clássica assente em conferências, encontros, lições, cursos e simpósios, parece ter pouca influência na mudança de comportamentos, o que só por si seria motivo para reflectirmos sobre os critérios que presidem à formação e a efectividade dessa formação.³

*Director da Revista Portuguesa de Clínica Geral



O estudo de Daniel Pinto aponta-nos pistas para uma reflexão sobre o impacto das actividades preventivas e das actividades contratualizadas na actividade de um médico de família com uma lista de utentes. Diz-nos o autor, que os resultados do seu estudo são concordantes com o de outros estudos que demonstram que «as actividades preventivas e de vigilância de doenças crónicas é superior ao que os médicos de família podem acomodar» e afirma ainda que, «não sendo possível executar todas as actividades, seria útil definir aquelas que são prioritárias ou que podem traduzir-se em maiores ganhos em saúde». O autor apresenta também, um conjunto de propostas alternativas que poderiam passar pelo alargamento do horário médico, pela redução da lista de utentes ou a passagem de parte dessas actividades para a responsabilidade de outros profissionais.⁴

Numa outra dimensão, mas ainda relacionada com este assunto, apresentamos um estudo original onde nos são relatadas as atitudes das mulheres grávidas que recorrem a um serviço de obstetrícia, face ao aleitamento materno e sua relação com a qualidade da informação prestada pelos profissionais de saúde. De salientar que uma significativa parte destas futuras mães refere não ter recebido qualquer tipo de informação por parte dos profissionais de saúde. Ainda assim, a prevalência de aleitamento materno foi muito significativa, relevando a importância da literacia e de outras fontes de informação como promotoras de boas práticas de saúde.⁵ Neste contexto e sendo o futuro o mote deste editorial, não será despidendo, relevar a análise do PNS 2011-16 que se detém sobre «a cidadania e Saúde». De facto, nesse documento afirma-se que a sus-

tentabilidade e desenvolvimento do sistema de saúde português requer novas abordagens, entre as quais a cidadania em saúde ocupará um lugar central. Deverá notar-se que o percurso da cidadania em saúde pressupõe a construção dos seus alicerces: a informação e a educação do cidadão com vista à sua capacitação e à humanização dos serviços de saúde e à partilha de boas práticas.⁶

A Medicina Geral e Familiar Portuguesa tem demonstrado inequivocamente que a reforma dos Cuidados de Saúde é um passo essencial para se assegurar a sustentabilidade e a qualidade dos Cuidados de Saúde da população portuguesa. Somos agentes e promotores de uma das mais importantes reformas do nosso Sistema de Saúde desde o 25 de Abril. Somos e seremos a essência do Serviço Nacional de Saúde.

Boas leituras!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Machado de Assis, Os Dois Horizontes Obra Completa, vol. III, Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994
2. Guia dos trabalhos em curso e documentos em elaboração. Coordenação Estratégica da Reforma dos Cuidados de Saúde Primários. Em <http://www.mcsp.min-saude.pt/engine.php?cat=161&area=0> consultado em 17.11.2010.
3. Nunes JM. Implementação de novas práticas ou como mudar comportamento. *Rev Port Clin Geral* 2010; 26: 450-3
4. Pinto D, Corte-Real S, Nunes JM. Actividades preventivas e indicadores – quanto tempo sobra? *Rev Port Clin Geral* 2010; 26: 455-64
5. Sousa N, Bernardes AC. Aleitamento materno: prevalência e caracterização da informação prestada. *Rev Port Clin Geral* 2010; 26: 440-8
6. Gonçalves C, Ramos V. Cidadania e Saúde. Plano Nacional de Saúde 2011-2016. Alto Comissariado para a saúde Lisboa 2010 em <http://www.acs.min-saude.pt/pns2011-2016/files/2010/07/CS2.pdf> consultado em 15.11.2010.